



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo V – Incidentes Processuais

9.º) Suscitação de conflito positivo de competência

“A” foi denunciado, concomitantemente, em Vara Criminal Federal e em Vara Criminal Estadual pela prática de crime contra a fauna. Ambos os juízes deram-se por competentes para o julgamento do feito. O advogado de “A” ingressa com a medida cabível para resolver o conflito positivo de competência.

Excelentíssimo Senhor Ministro ____,¹ DD. Presidente do Colendo Superior Tribunal de Justiça.²

“A”³ (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), titular de carteira de identidade Registro Geral n.º ____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º ____, domiciliado em (cidade), onde reside (rua, número, bairro), por seu advogado, em relação aos processos que lhe são movidos pelo Ministério Público,⁴ tanto na esfera federal (Processo n.º ____), quanto na órbita estadual (Processo n.º ____), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 105, I, d, da Constituição Federal, em combinação com o disposto no art. 115, I, do Código de Processo Penal, suscitar o presente

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA,

nos seguintes termos:

1. O suscitante foi denunciado pela prática do delito previsto no art. 29, § 3.º, da Lei 9.605/98, por ter, no dia ____, matado, durante atividade de caça profissional, um mico-leão dourado, em unidade de proteção ambiental, sob fiscalização do Estado de ____.

2. Descoberto o fato, duas investigações paralelas foram instauradas, uma na Delegacia de Polícia Federal da Comarca de ____ e, outra, na Delegacia de Polícia da Comarca de _____. Ouvido em ambos os inquéritos e aguardando que as autoridades pudessem encerrar um deles, para surpresa do suscitante, foram oferecidas denúncias pelo Ministério Público Federal, já recebida pelo MM. Juiz Federal da ____.^a Vara Criminal da Seção Judiciária ____, bem como pelo Ministério Público Estadual, igualmente recebida pelo MM. Juiz de Direito da ____.^a Vara Criminal de ____ (documentos anexos). Recebidas as cita-

¹ Pode-se inserir o nome do Ministro ou, se desconhecido, colocar apenas “Excelentíssimo Senhor Presidente do Colendo Superior Tribunal de Justiça”.

² Conflito entre autoridades judiciárias vinculadas a diferentes tribunais deve ser solucionado pelo STJ (art. 105, I, d, CF).

³ Trabalha-se com a hipótese em que o interessado suscita o conflito, lembrando-se, contudo, que poderá o mesmo ser de interesse do MP ou também dos Juízos envolvidos.

⁴ Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

ções, não pode o suscitante concordar em ser processado, pelo mesmo fato, em dois Juízos diferentes.

3. Portanto, independentemente de discutir o mérito da imputação, o que será feito no decorrer da instrução de um dos processos, serve a presente para apontar a esse Colendo Tribunal a impropriedade de haver, concomitantemente, duas ações penais lastreadas em idêntica imputação.

4. Segundo parece ao suscitante, o juízo competente, para o caso, é o da Justiça Estadual, pois o animal morto estava em unidade de preservação ambiental de responsabilidade do Estado de _____. Vale destacar que o entendimento esposado pelo MM. Juiz Federal, no sentido de que os animais da fauna silvestre são de propriedade da União, não mais encontra abrigo na jurisprudência pátria.

Esse Colendo Tribunal, em julgamento realizado pela 3.^a Seção, no dia 8 de novembro de 2000, determinou o cancelamento da Súmula 91 (*DJU* 23.11.2000), que consagrava o entendimento adotado pelo ilustre magistrado federal. Prevalece, atualmente, a posição de que a competência deve ser verificada, nos casos de delitos contra a fauna, pelo lugar onde o animal foi abatido. No caso presente, como já exposto, ocorreu o fato em unidade de preservação estadual.

Ante o exposto, requer-se, liminarmente, a suspensão do andamento dos processos, cancelando-se as datas de interrogatório já designadas nas duas Varas, para, após, colhidas as informações das autoridades judiciárias envolvidas, ouvido o ilustre Procurador-Geral da República, possa esse Colendo Superior Tribunal de Justiça deliberar acerca do juízo competente para conduzir o processo de interesse do ora suscitante, dando-se prosseguimento ao mesmo.

Termos em que,
Pede deferimento.

Comarca, data.

Advogado